



VIII JORNADAS
NOVOS PARADIGMAS
DA PROTEÇÃO CIVIL
Conferência Técnica e Científica Nacional

Incêndios florestais de 2017
acontecimentos e aprendizagens

**Incêndios de 2017:
a confirmação de um sistema obsoleto**

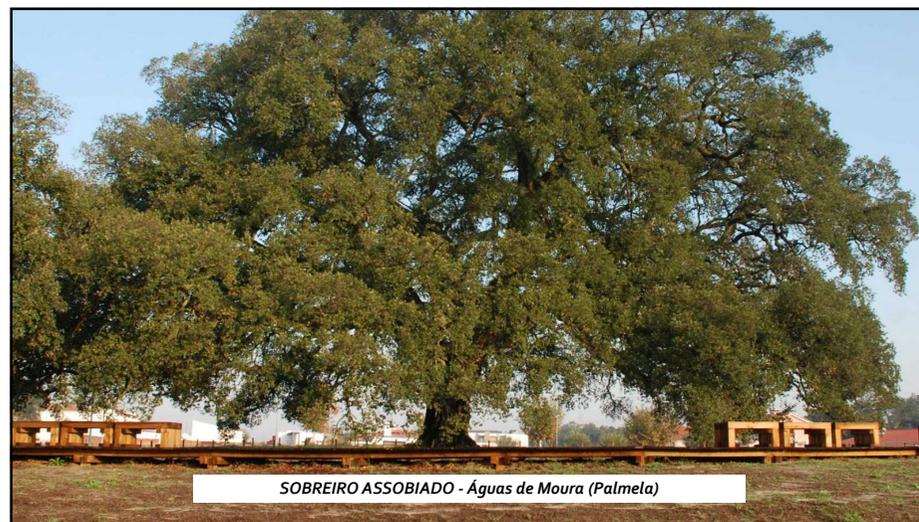
João Guerreiro
Universidade do Algarve

11 | Maio 2018
Centro Cultural | Vale de Cambra



Os incêndios em 2017

para analisar e avaliar os incêndios
a Assembleia da República criou ...



Comissão Técnica Independente

- * 6 membros indicados pela Assembleia da República
- * 6 membros indicados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), assumindo um deles a presidência

Incêndios florestais de junho: Relatório entregue em outubro.2017

Incêndios florestais de outubro: Relatório entregue em março.2018

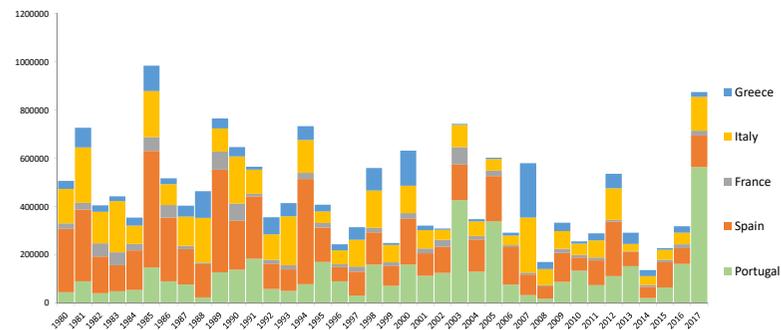
Colaboração de sete universidades e politécnicos portugueses

Competências abrangendo a gestão e proteção das florestas, o socorro e a proteção civil, as forças armadas;

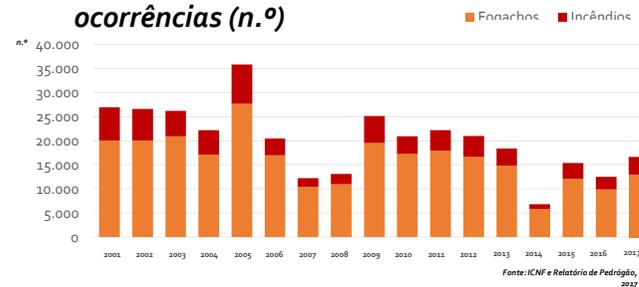
Competências externas nas áreas dos fogos florestais (Catalunha), do desenvolvimento rural (Galiza) e da engenharia de sistemas (MIT/EUA).



comparações internacionais



ocorrências (n.º)



Recomendações (Pedrógão)

G – AUTARQUIAS LOCAIS

- Redefinição do papel dos Municípios e das Juntas de Freguesia;
- Programas de mobilização dos meios existentes na freguesia/concelho;
- Plano de Aldeia para autoproteção (“Aldeias Seguras”).

H - GOVERNANÇA

- Articulação entre as diversas entidades com intervenção nestes acontecimentos;
- Reformulação do Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas;
- Criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Fonte: Relatório de Pedrógão, 2017

Recomendações (Outubro)

B – GESTÃO DO TERRITÓRIO

- Gestão de combustível (nas áreas florestais, mas com uma chamada de atenção para as áreas de interface, desprezadas nos PMDFCI e nos Planos de Emergência);
- Criação de modelos de gestão para as áreas de acolhimento empresarial;
- Gestão das áreas sob regime florestal (apreciação crítica sobre a instituição responsável pelo setor florestal no Continente – ICNF -, refletindo sobre o desempenho desta instituição);
- Apoios à floresta (reforço do PDR – fundos europeus - para a defesa da floresta contra incêndios e para o fomento de práticas associativas).

Fonte: Relatório de Outubro, 2017

Recomendações (Outubro)

A – QUESTÕES OPERACIONAIS

- Avaliação do perigo de incêndio, desenvolvendo capacidades de prever e monitorizar episódios rápidos e catastróficos, utilizando baterias de indicadores testados em diversos países (incluindo em Portugal), mas não incorporados nos mecanismos de apoio à decisão;
- Avaliação do enquadramento dos corpos de bombeiros (disponibilidade do voluntariado, recrutamento, profissionalização, recrutamento e carreira dos elementos de comando, funcionamento e financiamento);
- Emissão de Alertas e de Avisos (maior atenção à elaboração, à difusão e aos critérios utilizados para a sua emissão);
- Estruturação da ANPC (atribuições, qualificações, carreiras, etc.).

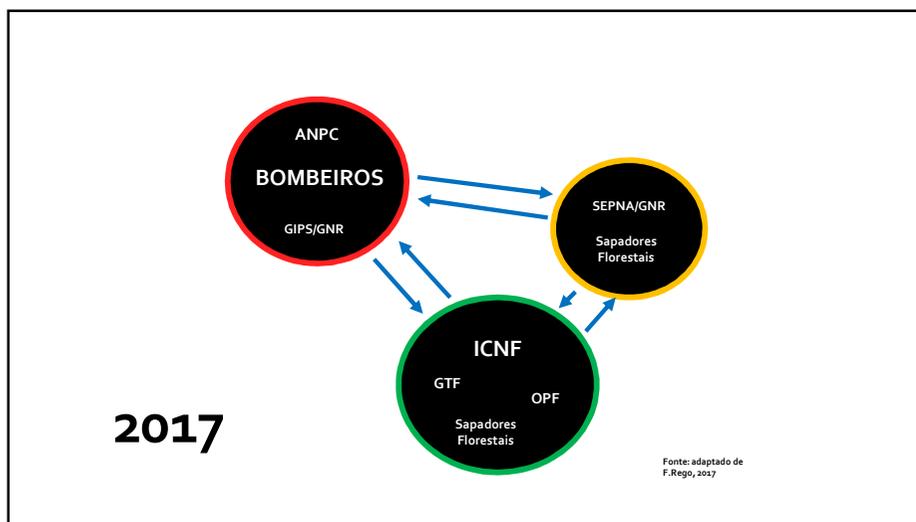
Fonte: Relatório de Outubro, 2017

Recomendações (Outubro)

C – PRODUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE CONHECIMENTO

- Desenvolver investigação científica e transferir conhecimentos nas áreas da meteorologia aplicada, nas modalidades de combate aos incêndios florestais, na regeneração e gestão pós-incêndio, na maior proteção das áreas de interface, etc.;
- Criação de redes de unidades de I&D orientadas para a valorização dos produções locais, de Laboratórios colaborativos e de estruturas de formação profissional;
- Adoção de estratégias destinadas a atrair pessoas, fomento de modalidades associativas, criação de unidades de transformação agro-alimentares;
- Informação e comunicação.

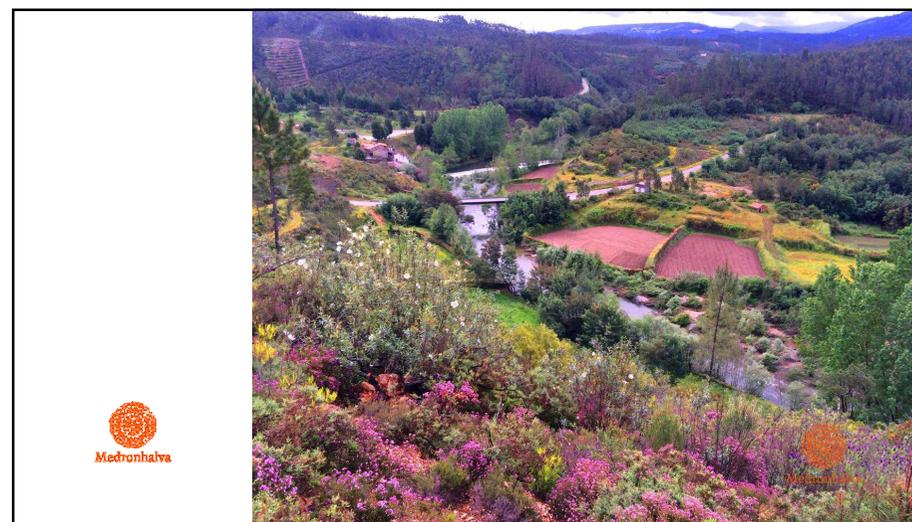
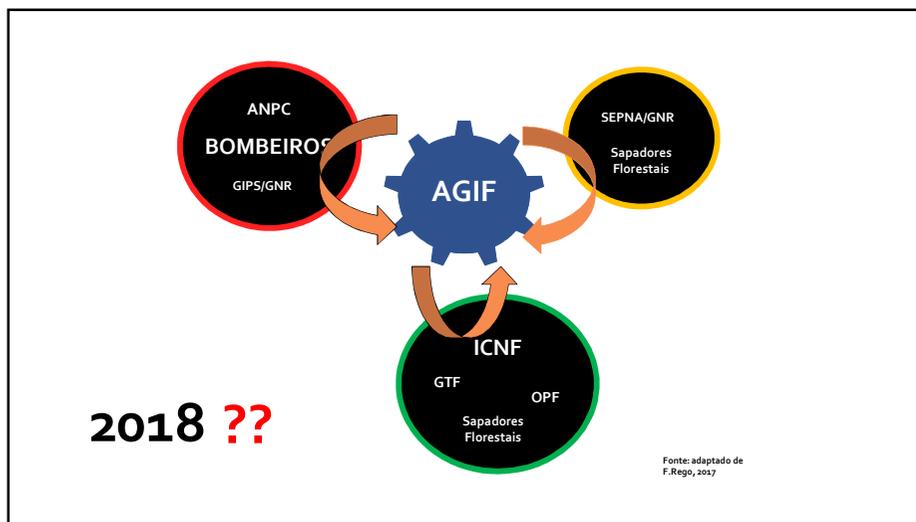
Fonte: Relatório de Outubro, 2017



Funções da AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais)

- Elaborar directrizes e emitir pareceres sobre o Sistema De Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR);
- Coordenar a elaboração de Planos de Ação;
- Criar e coordenar grupos de especialistas e de peritos nas matérias relacionadas com a gestão dos fogos rurais;
- Elaborar planos de formação para os diversos níveis de agentes integrados no SGIFR;
- Proceder à avaliação anual do SGIFR;
- Participar na criação de Laboratórios Colaborativos na área dos fogos rurais.

Fonte: Decreto-Lei 12/2018





Mas o cerne do problema é outro...

componente florestal

- Dificuldade de estruturar a exploração florestal;
- Figuras identificadas (ZIF e EGF) têm dificuldade em serem adotadas (critérios, ausência de proprietários, contiguidade das parcelas, voluntariado, etc.);
- Fundos Imobiliários Florestais;
- Exploração dos designados subprodutos;
- Fundos de compensação pelos serviços ambientais proporcionados.

23

Mas o cerne do problema é outro...

componente ordenamento

- Despovoamento progressivo;
- Migração das atividades económicas para o litoral, arrastando os ativos qualificados;
- Redução da presença da administração pública;
- Dificuldade de garantir comunidades ativas e dinâmicas;
- Dificuldade de melhor estruturar o mundo rural.

22

Mas o cerne do problema é outro...

componente produtiva

- Políticas públicas robustas, nas áreas:
 - Agroalimentar (>3.000 horas de sol, média anual);
 - Tecnologias de comunicação;
 - Cultura e lazer (com turismo).
- Atrair pessoas (jovens e não só);
- Resolver o problema da habitação;
- Investir na criação de modelos empresariais flexíveis apoiados por fundos públicos.

24

EVOLUÇÃO DA ÁREA FLORESTAL EM CINCO PAÍSES EUROPEUS INSERIDOS NA BACIA DO MEDITERRÂNEO

unidade: 10³ ha.

PAÍSES	1990	2000	2005	2010	2015	Crescimento 1990 - 2015 (%)
Portugal	3 436,20	3 342,70	3 296,00	3 239,10	3 182,10	-7,39
Espanha	13 809,50	16 976,90	17 282,10	18 247,20	18 417,90	33,37
França	14 436,00	15 289,00	15 861,00	16 424,00	16 989,00	17,68
Itália	7 590,00	8 369,00	8 759,00	9 028,00	9 297,00	22,49
Grécia	3 299,00	3 601,00	3 752,00	3 903,00	3 903,00	18,31

Fonte: Ministerial Conference on Protection of Forests in Europe (2015) - State of Europe's Forests, Madrid.

PULVERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RÚSTICA EM PORTUGAL (CONTINENTE)

REGIÕES	PRÉDIOS RÚSTICOS
Norte	4 098 608
Centro	5 806 923
Lisboa	104 243
Alentejo	351 065
Algarve	437 031
Total (continente)	10 797 870

Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira (2015⁷)

ÁREA FLORESTAL PÚBLICA E PRIVADA EM CINCO PAÍSES EUROPEUS INSERIDOS NA BACIA DO MEDITERRÂNEO

PAÍSES	ÁREA FLORESTAL			
	PÚBLICA		PRIVADA	
	área (10 ³ ha.)	área (%)	área (10 ³ ha.)	área (%)
Portugal	92,30	2,85	3 140,70	97,15
Espanha	5 332,80	29,32	12 855,50	70,68
França	4 064,00	24,74	12 360,00	75,26
Itália	3 032,00	33,58	5 996,00	66,42
Grécia	2 907,00	77,48	845,00	22,52

Fonte: Ministerial Conference on Protection of Forests in Europe (2015) - State of Europe's Forests, Madrid.

A floresta portuguesa e os incêndios de 2017

Muito obrigado

FOTO: PAULO CUNHA/LUSA